

CORREIO DO SERVIDOR

POR ANDRE SOUZA E LUIGI FREIRE (Estagiário)



DIVULGAÇÃO/SEPLAG-RJ

Remuneração pode chegar a R\$ 14.387,75, conforme a titulação

Seplag-RJ abre concurso público com 60 vagas de nível superior

A Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (Seplag-RJ) está com inscrições abertas para concurso público com 60 vagas de nível superior. São 30 oportunidades para Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e 30 para Analista de Planejamento e Orçamento. A remuneração pode chegar a R\$ 14.387,75, conforme a titulação, para jornada de 40 horas semanais. O edital passou por três retificações, que alteraram regras para isenção da taxa, o conteúdo de Língua Inglesa e os critérios de desempate. As inscrições seguem até as 16h de 8 de outubro, pelo site da FGV, com taxa de R\$ 125. A seleção terá provas objetiva e discursiva, além de avaliação de títulos. As provas estão previstas para 29 de novembro. Os candidatos aprovados serão lotados em órgãos da administração estadual, conforme as necessidades da Seplag-RJ.

Detran-SP abre concurso com 145 vagas

O Detran-SP está com inscrições abertas para concurso público com 145 vagas de agente estadual de trânsito. O cargo exige nível superior em qualquer área e CNH, no mínimo, categoria B. O salário inicial é de R\$ 5.702,18 para jornada de 40 horas semanais. As inscrições seguem até 7 de outubro, pelo Instituto Avalia, com taxa de R\$ 98. As provas objetiva e discursiva estão previstas para 1º de novembro. Os aprovados poderão ser lotados em diferentes unidades do órgão no estado de São Paulo, conforme a necessidade da administração.

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP



Aprovados poderão ser lotados em diferentes unidades

Governo muda regra de fundos de servidores

O Ministério da Previdência flexibilizou regras para investimentos dos regimes próprios de previdência de servidores de estados e municípios. A norma permite que fundos inscritos no Pró-Gestão tenham acesso a aplicações antes restritas a níveis superiores de certificação. A mudança vale até fevereiro de 2028 e ocorre após o caso Banco Master, que expôs recursos de fundos previdenciários a perdas. Segundo o governo, permanecem exigências de governança, controle e acompanhamento dos investimentos.

Servidores estão na fila de precatórios do RJ

Servidores públicos estão entre os credores dos R\$ 24 bilhões em precatórios acumulados pelo Estado e municípios do Rio de Janeiro. A dívida cresceu 221,3% desde 2019. Funcionários que obtêm na Justiça o direito a reajustes, gratificações ou diferenças salariais podem ter os valores incluídos na fila de precatórios, acima dos pedidos de pequeno valor. Entre 2019 e 2025, o Rio pagou R\$ 14,5 bi a credores, sendo R\$ 2,7 bi no ano passado.

Caixa após Greve I

O Tribunal Superior do Trabalho determinou que a Caixa mantenha 60% dos funcionários em atividade durante a greve iniciada em 10 de setembro. Sindicatos que descumprirem a decisão estão sujeitos a multa diária de R\$ 100 mil. O julgamento do dissídio coletivo, que pode definir os rumos da paralisação, está marcado para esta terça (29).

Caixa após Greve II

Durante a greve da Caixa, clientes podem utilizar caixas eletrônicos, aplicativos, site, lotéricas, correspondentes Caixa Aqui e a rede Banco24Horas. O banco também mantém atendimento pelo Alô Caixa, nos números 4004-0104, para capitais e regiões metropolitanas, e 0800-1040104, nas demais localidades, em todo o país nacional.

Jogos Servidores Alagoas I

O Governo de Alagoas abriu chamamento para selecionar uma organização da sociedade responsável pela execução dos Jogos dos Servidores de 2026. O valor de referência é de R\$ 401.640,00. A entidade escolhida coordenará 16 modalidades, com participação estimada de 2,5 mil servidores. O evento envolve 70 órgãos públicos.

Jogos Servidores Alagoas II

As propostas para organizar os jogos podem ser enviadas entre 28 de setembro e 12 de outubro pelo Portal SEI/AL. As entidades precisam ter ao menos três anos de existência e comprovar um ano de experiência em atividade semelhante. Já o resultado preliminar está previsto para 16 de outubro, e a homologação para 23 de outubro.

Perseguição Servidores I

O Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com ação contra o Município de Igreja Nova por suspeita de assédio eleitoral contra servidores. Segundo o órgão, trabalhadores já teriam sofrido transferências após se posicionarem contra o grupo vencedor das eleições de 2024. O MPT pede que a Justiça proíba punições por motivos políticos.

Perseguição Servidores II

O MPT pede o retorno de servidores transferidos entre outubro de 2024 e fevereiro de 2025, nos casos em que tenham sido substituídos por temporários ou terceirizados. A ação cita interferência na eleição do sindicato. O órgão pede multas, indenização de R\$ 200 mil por danos coletivos e reparações aos trabalhadores afetados na cidade.



Proposta é de autoria da deputada federal, Antônia Lúcia (Republicanos/AC)

Seguro para profissionais da educação avança na Câmara

Relator Pastor Gil(PL-MA) apoia proposta que prevê indenização de até 18 salários

Da Redação

Apresentado em novembro de 2025 pela deputada Antônia Lúcia (Republicanos-AC), o projeto de lei 5.921/2025, que cria um seguro obrigatório para profissionais da educação pública avançou na Câmara dos Deputados. O relator na Comissão de Educação, deputado Pastor Gil (PL-MA), apresentou parecer favorável ao texto, mas propôs duas emendas.

O projeto foi protocolado na Câmara em 19 de novembro de 2025. Em dezembro, foi encaminhado para análise das comissões de Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Pastor Gil foi designado relator na Comissão de Educação em agosto deste ano e apresentou seu parecer em 22 de setembro.

Chamado de Seguro de Carreira, o benefício seria obrigatório para profissionais efetivos e temporários das redes federal, estaduais, distrital e municipais. A proposta inclui professores da educação básica e superior, servidores técnico-administrativos, gestores escolares, profissionais de apoio e demais trabalhadores ligados à atividade educacional.

O seguro cobriria morte, invalidez permanente total ou parcial, doenças ocupacionais, violência física ou psicológica

no ambiente escolar e ocorrências durante situações de emergência ou calamidade pública. Em caso de morte ou invalidez permanente total, a indenização prevista é equivalente a 18 vezes a remuneração mensal bruta do profissional. Para invalidez parcial, o percentual seria definido por tabela técnica em regulamentação.

O projeto também cria o Fundo de Seguro de Carreira da Educação (FSCE). O fundo poderá receber recursos do Orçamento da União, transferências voluntárias de estados, Distrito Federal e municípios, doações e rendimentos de aplicações financeiras.

No parecer, Pastor Gil manteve esses pontos, mas apresentou duas emendas. A primeira suprime os artigos 5º e 6º do projeto. Com a mudança, é retirada a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que atribuiria ao FNDE o gerenciamento do fundo e também o dispositivo que estabelecia prazo para o Executivo regulamentar a futura lei. A segunda emenda só modifica a ementa do projeto.

Questões relacionadas ao impacto financeiro, às atribuições do FNDE e à autonomia de estados e municípios ainda serão analisadas. O parecer com as emendas precisa ser votado pela Comissão de Educação.